



SEGREDOS FINANCEIROS DAS FLORESTAS:

COMO O SEGREDO FINANCEIRO ALIMENTA O DESMATAMENTO NO BRASIL E EM CAMARÕES



MAIO 2026

Autores: Alfonso Daniels, Matti Kohonen, Brián Covaro

A FTC também deseja agradecer às seguintes pessoas e organizações por sua útil revisão e comentários: Victor Galaz, Universidade de Estocolmo; Chandrakant Singh, Universidade Tecnológica de Chalmers; Elin Jönson, Universidade de Estocolmo; Remcel Dumont Fopi Tazo, Instituto de Recursos Mundiais; Jean Mballa Mballa, CRADEC; Rangarirai Chikova, União Pan Africana de Advogados (PALU), e Juan-Pablo Costa, Centro de Economia e Finanças para o Desenvolvimento Latino-Americano (CEFILAT).

Fundada em 2009, a Coalizão pela Transparência Financeira (FTC) é uma coalizão de 11 organizações em todos os continentes que trabalham para acabar com os fluxos financeiros ilícitos e por um sistema financeiro que funcione para todos, facilitando a realização da justiça climática e ambiental, a justiça de gênero e os direitos humanos. Mais informações sobre a Coalizão podem ser encontradas ao final deste relatório ou no site da FTC em www.financialtransparency.org

As recomendações e opiniões expressas neste relatório são estritamente da Coalizão FTC e não refletem necessariamente as opiniões de nossos financiadores nem daqueles que realizaram a revisão.

Gostaríamos de agradecer o generoso financiamento da Fundação Futura que tornou este relatório possível.
www.futura.org.se

Copyright © 2026 FTC. Alguns direitos reservados. Esta obra está licenciada sob Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional no Peru.

A Secretaria da FTC está hospedada pela LATINDADD.

Financial Transparency Coalition
c/o LATINDADD
Jr Mariscal Miller 2622,
Lince, Lima 15073,
Peru.

www.financialtransparency.org
info@financialtransparency.org

Design gráfico:

Orlando Tapia Bazán

Coordenador de projeto

Dibujar para educar, educar para cambiar | PUDÚ

RESUMO EXECUTIVO

O desmatamento e a degradação florestal estão ocorrendo em um ritmo alarmante. Em 2025, foram perdidos um total de 4,3 milhões de hectares de florestas tropicais primárias, quase o dobro do ano anterior, uma área aproximadamente do tamanho da Dinamarca.[1] A nível mundial, entre 2001 e 2025, foi emitida uma média anual de 3,7 GtCO₂e em áreas onde os principais fatores de perda resultaram em desmatamento.[2] Estima-se que mais de 90% da perda florestal global se deve à conversão para terras agrícolas.[3]

Isso compromete a biodiversidade e destrói os meios de subsistência de milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente das comunidades indígenas que dependem das florestas para sobreviver. O desmatamento ilegal também gera bilhões de dólares em fluxos financeiros ilícitos (FFI), principalmente provenientes de países do Sul Global, muitos dos quais enfrentam crises e estão fortemente endividados. A nível mundial, estima-se que os crimes ambientais resultem em perdas anuais entre US\$ 110 bilhões e US\$ 281 bilhões devido a esses delitos, sendo o corte ilegal a maior categoria de crimes ambientais, representando entre US\$ 51 bilhões e US\$ 152 bilhões a cada ano.[4]

Neste relatório, analisamos os FFI associados ao desmatamento tanto no Brasil quanto em Camarões, dois dos dez países com maior perda de florestas tropicais primárias no mundo. O Brasil perdeu 1,6 milhão de hectares de floresta tropical primária em 2025, o que representou uma redução de 42% em relação ao ano recorde anterior, mas ainda assim permanece como o país mais afetado do mundo.[5] Grande parte dessa perda foi impulsionada pela produção agrícola destinada a grandes corporações. Enquanto isso, Camarões ocupou o sexto lugar mundial em 2025 em termos de perda de floresta primária (110 mil hectares), associada a 130 MtCO₂e em emissões somente naquele ano, impulsionada em grande parte pelo corte e pela agricultura comercial em grande escala.

Neste relatório, revelamos que os fluxos financeiros ilícitos (IFF, na sigla em inglês) vinculados ao desmatamento ilegal, por vezes, são maiores do que as estimativas anteriores. Utilizamos dois métodos para estimar os fluxos financeiros possíveis relacionados ao desmatamento. Primeiro, analisamos os fluxos de importação e exportação para investigar possíveis manipulações nos preços comerciais e verificar se estas podem ser atribuídas a empresas específicas. Em segundo lugar, mapeamos o valor da madeira, da soja e da carne bovina provenientes de terras desmatadas ilegalmente, vinculando-os às empresas e indivíduos que se beneficiam dessas atividades.

Neste estudo, utilizando as fontes mais atualizadas disponíveis de dados de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), revelamos que o sigilo financeiro relacionado à terra, às culturas, ao gado, à propriedade, às empresas e à transparência na titularidade beneficiária impede sistematicamente a identificação de quem se beneficia do desmatamento ilegal, permitindo que esses agentes exportem seus produtos para a União Europeia, Estados Unidos, Reino Unido, China, Vietnã e outros mercados sem restrições.

As implicações desta análise são significativas, pois indicam que as iniciativas internacionais destinadas a enfrentar essa crise fracassarão ou terão impacto limitado, a menos que sejam acompanhadas por medidas concretas para melhorar o acesso público aos registros de ativos relacionados à propriedade da terra, concessões florestais, bem como aos registros de propriedade legal e de titularidade beneficiária.

Essas regulamentações incluem o Regulamento da União Europeia sobre Madeira, vigente desde 2013, o Regulamento da Madeira do Reino Unido (UKTR) e a Lei Lacey dos Estados Unidos. Também abrange o Regulamento de Desmatamento da União Europeia (EUDR), previsto para entrar em vigor em dezembro de 2026, que vai além ao proibir que as empresas comercializem produtos agrícolas no mercado da UE derivados de terras desmatadas recentemente, definidas como aquelas desmatadas após 31 de dezembro de 2020, independentemente de a causarem humana ou não.

PRINCIPAIS DESCOBERTAS

- Os FFI acumulados do Brasil relacionados à madeira atingiram US\$ 2,56 bilhões entre 2013 e 2024, com uma média anual de US\$ 233 milhões, utilizando o método de preços comerciais incorretos. A maior parte dessa perda ocorreu entre 2018 e 2022, durante a presidência de Jair Bolsonaro. Além disso, segundo o SIMEX, uma iniciativa de ONG brasileira, entre 35% e 42% de todo o desmatamento no bioma amazônico, em diversos estados, ocorreu sem licenças ambientais válidas.[7] Considerando que as exportações totais de madeira do Brasil somaram US\$ 3,6 bilhões em 2024, concluímos que uma estimativa conservadora de US\$ 1,28 bilhão em exportações de madeira provieram de áreas desmatadas ilegalmente apenas naquele ano.
- As terras sem permissões de desmatamento no estado brasileiro de Mato Grosso representaram uma grande parte da produção total de soja e carne bovina, equivalendo a bilhões de dólares perdidos em fundos ilícitos a cada ano. Especificamente, essas terras, que correspondem a um quinto da perda florestal do Brasil em 2025[8], representaram 48% de todas as áreas agrícolas destinadas à produção de soja (avaliadas em US\$ 10 bilhões) e 15% de todas as áreas agrícolas com pastoreio intensivo para a produção de carne bovina em 2022 (avaliadas em US\$ 4 bilhões).
- Em Camarões, os FFI baseados em preços comerciais incorretos da madeira resultaram em perdas médias de US\$ 289 milhões por ano apenas para o setor madeireiro, no período de 2013 a 2023. Esse valor é cinco vezes maior do que as estimativas oficiais de perdas financeiras desse setor (US\$ 59 milhões por ano). Além disso, o governo camaronês continuou concedendo licenças madeireiras a empresas previamente sancionadas por comércio ilícito. Apesar dessas sanções, as empresas continuaram a exportar madeira para países que proíbem explicitamente a importação de madeira cortada ilegalmente. Em alguns casos, isso pode ser verificado por meio de faturamento aduaneiro ou remessas de Camarões para a Europa, Vietnã e China.
- A terra desmatada ilegalmente é responsável por uma parcela significativa das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE). Somente no estado de Mato Grosso, as emissões acumuladas de dióxido de carbono no período de 2001 a 2023, associadas a terras desmatadas ilegalmente e utilizadas para pastagens na produção de carne bovina, totalizaram 21,84 MtCO_{2e}. Esse valor equivale às emissões de CO₂ de aproximadamente 2,843 milhões de voos entre Nova York e Los Angeles. No caso do desmatamento ilegal vinculado à soja, observam-se 10,90 MtCO_{2e} de emissões anuais no mesmo período. Esse montante seria equivalente às emissões geradas por 2,3 milhões de carros típicos a gasolina durante um ano, número próximo ao total de veículos registrados na Grande Londres, que contabilizou 2,6 milhões de veículos em 2023.
- O sigilo financeiro e a propriedade da terra dificultam a identificação das pessoas responsáveis e, em última análise, daqueles que se beneficiam do desmatamento. Em Mato Grosso, por exemplo, os dados de satélite disponíveis publicamente permitiram mapear apenas a soja e o pastoreio intensivo em terras recentemente desmatadas ilegalmente (posteriores a 2010) em nível de parcela. Com base nesses dados, foi possível identificar os códigos das parcelas de terra onde ocorreram essas atividades, bem como seus proprietários legais. Contudo, as informações sobre os proprietários beneficiários dessas parcelas não estavam acessíveis. Em Camarões, os dados de satélite disponíveis publicamente permitem mapear todos os principais tipos de concessões madeireiras e identificar os proprietários legais dos dois principais tipos, a saber: Unidades de Manejo Florestal e Vendas de Volume em Pé ("Ventes de coupe", em francês; "Sales of Standing Volume", em inglês), mas não seus proprietários beneficiários.



RECOMENDAÇÕES

A Coalizão pela Transparência Financeira faz um apelo para a implementação de cinco medidas-chave que permitam rastrear — e sancionar, quando apropriado — os responsáveis pela destruição das florestas primárias, pondo fim ao sigilo financeiro no setor florestal e nas matérias-primas agrícolas que impulsionam o desmatamento.

- **Transparência dos Beneficiários Finais:** Devem ser estabelecidos registros centralizados e públicos da propriedade beneficiária, garantindo o acesso público para permitir o escrutínio sobre quem possui e se beneficia das empresas envolvidas no desmatamento ilícito. A declaração pública obrigatória dos beneficiários finais deve ser realizada no momento da aquisição de concessões florestais, licenças de corte e na notificação de crimes ambientais e violações de direitos humanos.
- **Transparência fiscal:** é fundamental a divulgação pública, país a país, das informações fiscais e financeiras das grandes multinacionais, a transparência fiscal para todas as empresas em relação aos impostos pagos e aos incentivos fiscais recebidos. Isso é essencial para combater abusos fiscais, eliminar incentivos fiscais prejudiciais e aplicar sobretaxas corporativas nos setores de madeira, agricultura de matérias-primas e processamento de madeira. Essa medida permitiria mobilizar um maior financiamento para a silvicultura, a biodiversidade e o clima, inclusive no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria Fiscal (UN FCITC).
- **Transparência na cadeia de suprimentos:** o cultivo de produtos agrícolas em terras desmatadas ilicitamente deve ser incluído nas obrigações mais amplas de diligência devida. Essa abordagem permitiria a exclusão de empresas e proprietários beneficiários envolvidos no desmatamento ilegal e na produção de matérias-primas agrícolas associadas a riscos de desmatamento nos mercados de exportação.
- **Registro Global de Ativos:** os governos devem publicar registros atualizados dos proprietários legais e beneficiários de ativos, incluindo os titulares de concessões florestais, terras agrícolas e cultivos plantados. Essa iniciativa contribuiria para o desenvolvimento de um Registro Global de Ativos (RGA), um padrão internacional proposto como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Internacional em Matéria Fiscal (UN FCITC) e reconhecido pelos organismos de governança florestal.
- **Dados Públicos sobre Crimes Ambientais:** Os governos devem divulgar informações sobre multas e sanções relacionadas a crimes ambientais, incluindo o corte ilegal de madeira e as infrações às licenças ambientais. Por sua vez, os países importadores deveriam reconhecer essas sanções como violações e suspender a importação de madeira ilícita com base nas penalidades aplicadas nos países de origem.

NOTAS FINAIS

- 1 Goldman, E, Sims, M., Carter, S, Potapov, P. Tropical Rainforest Loss Slowed in 2025, but Fire is a Growing Threat to Forests Worldwide. World Resources Institute (April 29, 2026). <https://gfr.wri.org/latest-analysis-deforestation-trends>
- 2 Ibid.
- 3 FAO Remote Sensing Survey. Tropical rainforests under pressure as agricultural expansion drives global deforestation: detected deforestation from 2000 to 2018.
- 4 INTERPOL. Forestry Crime <https://www.interpol.int/en/Crimes/Environmental-crime/Forestry-crime>
- 5 Global Forest Watch. Brazil. <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/BRA/>
- 6 Global Forest Watch. Cameroon. <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/CMR/>
- 7 Wenzel, F. Fake documents, real deforestation drive global trade in illegal Amazon timber. Mongabay (April 16, 2025). <https://news.mongabay.com/2025/04/fake-documents-real-deforestation-drive-global-trade-in-illegal-amazon-timber/#:~:text=No%20punishment%20or%20traceability,harvest%20area%20was%20illegally%20logged>
- 8 Global Forest Watch. Mato Grosso. <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/BRA/12/>
- 9 Carbon in Context. <https://www.carbonincontext.com/>



MAIO 2026
